

RELATÓRIO TÉCNICO

ANÁLISE QUALITATIVA DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL DA POPULAÇÃO LGBT

ESTADO DO PARANÁ



RELATÓRIO TÉCNICO DE ANÁLISE QUALITATIVA DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL DA POPULAÇÃO LGBT NO ESTADO DO PARANÁ

**Marcos Claudio Signorelli
Amanda de Cassia Azevedo da Silva
Simone Cortiano
Débora de Farias Guelfi Waihrich
Emerson Luiz Peres
Carla Amaral
Andressa Verchai de Lima
Anelise Montañes Alcântara**

RELATÓRIO TÉCNICO VINCULADO AO PROJETO

A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT): estratégias de análise, avaliação e formação o para o aprimoramento do Sistema Único de Saúde

Ministério da Saúde/Fundo Nacional da Saúde/GESCON nº 92969.8560001/17010

Coordenação Geral do Projeto

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil

Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil

Financiamento e Apoio Institucional

Ministério da Saúde

Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa

Departamento de Apoio à Gestão Participativa/SGEP/MS

Coordenação-Geral de Apoio ao Controle Social, à Educação Popular em Saúde e às Políticas de Equidade do SUS - CGASOC

Apoio Técnico e Institucional

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria Estadual de Saúde

Departamento de Ações em Saúde – DAS

Coordenação Estadual da Saúde da População LGBT

Governo do Estado do Paraná

Secretaria Estadual de Saúde (SESA/PR)

Divisão de Atenção às Populações Vulneráveis

Divisão de DST/AIDS; Centro de Epidemiologia

Núcleo de Prevenção a Violência e Promoção da Paz

Centro de Pesquisa e Atendimento a Pessoas Travestis e Transexuais

Instituições Parceiras

Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil

Secretaria Estadual de Saúde do Paraná, SESA-PR

Pesquisadores Coordenadores do Projeto

Prof. Dr. Daniel Canavese de Oliveira, UFRGS

Prof. Dr. Maurício Polidoro, IFRS

Pesquisadores do Projeto nas instituições parceiras

Prof. Dr. Marcos Claudio Signorelli, UFPR

Prof. Dr. Rodrigo Otávio Moretti Pires, UFSC

**Número de Aprovação do Projeto nos Comitês de Ética em Pesquisa com Seres Humanos:
CAAE UFRGS - 82036018.6.0000.5347; CAAE SESA PR - 82036018.6.3005.5225**

**Título deste documento: Relatório Técnico de Análise Qualitativa da Implementação da
Política Nacional de Saúde Integral da População LGBT no Estado do Paraná**

Organização deste documento

Marcos Claudio Signorelli

Amanda de Cassia Azevedo da Silva

Simone Cortiano

Débora de Farias Guelfi Waihrich

Emerson Luiz Peres

Carla Amaral

Andressa Verchai de Lima

Anelise Montañes Alcântara

Instituições envolvidas na organização deste documento

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Grupo Interdisciplinar de Pesquisas sobre Território, Diversidade e Saúde (TeDiS/CNPQ)

Secretaria Estadual de Saúde do Paraná (SESA/PR)

Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba

Diagramação

Karen Garbo

Arte da Capa

David Ceccon

Ano de publicação deste documento: 2019

ISBN desta publicação: Esta obra é disponibilizada nos termos da Licença Creative Commons - Atribuição - Não Comercial - Compartilhamento pela mesma licença 4.0 Internacional. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

A coleção institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul pode ser acessada, na íntegra, no Repositório Lume <<https://www.lume.ufrgs.br>>.



DADOS INTERNACIONAIS PARA CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

R382 Relatório técnico de análise qualitativa da implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População LGBT no Estado do Paraná / organizadores: Marcos Claudio Signorelli et al. - Porto Alegre: UFRGS, 2019.
24 p. : il.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-9489-184-6

1. Saúde da população LGBT 2. Políticas de saúde : Paraná I. Signorelli, Marcos Claudio II. Silva, Amanda de Cassia Azevedo da III. Cortiano, Simone IV. Waihrich, Débora de Freitas Guelfi, V. Peres, Emerson Luiz VI. Amaral, Carla VII. Lima, Andressa Verchai de VIII. Alcântara, Anelise Montañes

NLM WA300

CATALOGAÇÃO NA FONTE: RUBENS DA COSTA SILVA FILHO CRB10/1761

ÍNDICE

Relatório técnico de análise qualitativa da implementação da Política Nacional de saúde integral da população LGBT no estado do Paraná	9
Potencialidades da Política Nacional de Saúde Integral de LGBT no Estado do Paraná	14
Desafios na implementação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT no estado do Paraná	16
Propostas de encaminhamentos para o biênio 2019-20	20
Anexos	21

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Características sociodemográficas dos profissionais do SUS (entrevistas)	10
Tabela 2 - Características sociodemográficas dos participantes dos grupos focais	12

RELATÓRIO TÉCNICO DE ANÁLISE QUALITATIVA DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL DA POPULAÇÃO LGBT NO ESTADO DO PARANÁ

O presente relatório é parte integrante do projeto “A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT): estratégias de análise, avaliação e formação para o aprimoramento do Sistema Único de Saúde”, que objetiva realizar uma avaliação a respeito da implementação das ações, bem como fomento de estratégias da Política Nacional de Saúde Integral da População LGBT (PNSILGBT) nos três estados do Sul do Brasil. Este relatório compreende a avaliação qualitativa das ações referentes à implementação da PNSILGBT no estado do Paraná. Foi elaborado em conjunto entre a Universidade Federal do Paraná (UFPR) por meio da Câmara de Saúde Coletiva, do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva e do Grupo Interdisciplinar de Pesquisas sobre Território, Diversidade e Saúde (TeDiS/CNPQ); a Secretaria Estadual de Saúde do Paraná (SESA/PR), com participação ativa dos seguintes setores da SESA que trabalham mais diretamente com a PNSILGBT: Divisão de Atenção às Populações Vulneráveis; Divisão de DST/AIDS e Hepatites Virais; o Centro de Epidemiologia; o Núcleo de Prevenção à Violência e Promoção da Paz; e o Centro de Pesquisa e Atendimento a Pessoas Travestis e Transexuais (CPATT); e a Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba (SMSC), mais especificamente o Centro de Epidemiologia e a Rede de Atenção e Proteção à Pessoas em Situação de Risco para a Violência.

A metodologia utilizada para elaboração deste relatório consistiu nas seguintes etapas:

1. Em reuniões mensais ao longo do ano de 2018 (de março a dezembro), inicialmente para o reconhecimento da equipe envolvida (UFPR, SESA/PR e SMSC), delineamento das estratégias de ação e avaliação, submissão do projeto aos Comitês de Ética em Pesquisa (tanto da Universidade quanto da SESA/PR) e planejamento de um encontro para análise da implementação das ações da PNSILGBT, congregando profissionais e gestores de todo estado do Paraná;
2. Na realização de entrevistas semiestruturadas em profundidade com 08 profissionais e gestores da SESA/PR, considerados atores-chave no processo de implementação das ações da PNSILGBT no Paraná. A tabela 1 sintetiza o perfil dos participantes das entrevistas;

TABELA 1 - CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS DOS PROFISSIONAIS DO SUS (ENTREVISTAS):

Características	N	%
Gênero		
Feminino	8	100
Masculino	0	0
Outro	0	0
Orientação Sexual		
Heterossexual	8	100
Homossexual	0	0
Bissexual	0	0
Transexual	0	0
Outro	0	0
Estado Civil		
Casado	7	87,5
Solteiro	1	12,5
Divorciado	0	0
Viúvo	0	0
Outro	0	0
Escolaridade		
Ensino Médio	1	12,5
Ensino Superior	3	37,5
Especialização	3	37,5
Mestrado	1	12,5
Doutorado	0	0
Renda Familiar		
Até R\$5mil	4	50
De R\$ 5 à R\$10 mil	2	25
Mail de R\$ 10 Mil	1	12,5
Preferiu não responder	1	12,5
Profissão		
Enfermeira	2	25
Médica	1	12,5
Psicóloga	3	37,5
Assistente Social	1	12,5
Coordenadora	1	12,5

Idade		
Entre 35 e 40 anos	4	50
Entre 40 e 45 anos	2	25
Entre 55 e 60 anos	2	25
Raça		
Negra	1	12,5
Branca	7	87,5
Religião		
Católica	4	50
Cristã	1	12,5
Indefinida	1	12,5
Evangélica	2	25

Fonte: os autores

3. Na realização de 04 grupos focais com 48 participantes do “Encontro sobre a Política de Saúde LGBT e Notificação de Violências”, realizado em 26/10/2018 na UFPR em Curitiba (Programação no Anexo 1), oriundos dos serviços da rede de saúde e também da rede intersetorial (profissionais e gestores), representantes dos movimentos sociais, docentes, estudantes de graduação e pós-graduação da área da saúde. A tabela 2 sintetiza o perfil dos participantes dos grupos focais.

4. As narrativas das entrevistas e dos grupos focais foram gravadas, transcritas e buscou-se destacar as categorias mais significantes para subsidiar de maneira sintética este relatório técnico. Os resultados são apresentados em três categorias: potencialidades e desafios da PNSILGBT para o Estado do Paraná, bem como propostas para o biênio 2019-20, que seguem abaixo.

O projeto segue as diretrizes internacionais de pesquisas com seres humanos, tendo sido aprovado sob os seguintes números nos Comitês de Ética em Pesquisa com Seres Humanos: CAAE UFRGS - 82036018.6.0000.5347; CAAE SESA PR - 82036018.6.3005.5225.

TABELA 2 - CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS DOS PARTICIPANTES DOS GRUPOS FOCAIS

Características	N	%
Sexo		
Feminino	46	95,8
Masculino	2	4,2
Identidade de Gênero		
Cisgênero	35	72,9
Transexual	2	4,1
Outro	05	10,4
Preferiu não responder	6	12,5
Orientação Sexual		
Heterossexual	43	89,3
Bissexual	1	2,1
Gay	1	2,1
Lésbica	2	4,2
Preferiu não responder	1	2,1
Escolaridade		
Ensino Médio	1	2,1
Ensino Superior	8	16,7
Especialização	22	45,8
Mestrado	11	22,9
Doutorado	2	4,2
Ensino Superior Incompleto	3	6,3
Não Respondeu	1	2,1
Formação		
Enfermagem	12	25
Medicina	2	4,2
Psicologia	14	29,2
Serviço Social	4	8,3
Fisioterapia	2	4,2
Secretariado Executivo	2	4,2
Farmácia	1	2,1
Direito	1	2,1
Terapeuta Ocupacional	2	4,2
Pedagogia	1	2,1
Jornalismo	1	2,1
Gestão Pública	1	2,1
Filosofia	1	2,1
Design	1	2,1
Administração	1	2,1
Saúde Coletiva	1	2,1
Não respondeu	1	2,1

Idade		
De 20 a 29	7	14,6
De 30 a 39	16	33,3
De 40 a 49	13	27,1
De 50 a 59	5	10,4
De 60 a 69	2	4,2
Não responderam	5	10,4
Raça/Etnia		
Preta	1	2,1
Branca	31	64,6
Amarela	2	4,2
Parda	14	29,2
Cidade		
Curitiba	25	52,1
Piraquara	1	2,1
Matinhos	4	8,3
Paranaguá	3	4,3
Lapa	1	2,1
Chapecó	1	2,1
Ibiporã	2	4,2
Joinville	2	4,2
Fazenda Rio Grande	1	2,1
Araucária	2	4,2
Blumenau	1	2,1
Florianópolis	2	4,2
Toledo	1	2,1
São Jose dos Pinhais	2	4,2
Atua na PNSILGBT		
Sim	17	64,5
Não	31	35,4
Não respondeu	1	2,1

Fonte: Os autores

POTENCIALIDADES DA PNSILGBT NO ESTADO DO PARANÁ:

Como potencialidades da Política Nacional de Saúde Integral de LGBT no Estado do Paraná destacaram-se os seguintes aspectos:

- Ações relacionadas à Educação Permanente para pessoal da rede, buscando transformação, mudança de atitude (positiva) - acolhimento, sensibilização para reconhecer atitudes e situações de violência, ações voltadas à diminuição de violência e multiplicação de conhecimento;
- Realização de eventos sobre gênero e diversidade promovidos em sequência pela SESA/PR, como espaço de discussão permanente da temática. Participantes de eventos e capacitações com a temática LGBT costumam ser multiplicadores de informação;
- Ações mais pontuais, porém frequentes, como o teste rápido para ISTs (infecções sexualmente transmissíveis) ; ações específicas de saúde realizadas em eventos, como na Parada de Orgulho LGBT;
- Inclusão do nome social em muitos dos serviços, como estratégia para garantir o acesso da população trans (travestis e transexuais);
- Profissionais de outros estados (particularmente Santa Catarina) que participaram do Encontro referem que enxergam o Paraná como um estado muito à frente em relação à implementação das ações da PNSILGBT;
- O CPATT é compreendido como uma grande conquista para a população trans do Paraná, ofertando atendimento ambulatorial (clínico, hormonioterapia, psicossocial) e com ações inclusive de pesquisa (parceria com a academia); é tido como referência em atenção secundária no Brasil, atendendo o estado do Paraná inteiro;
- Parceria e diálogo entre gestão e movimentos sociais (ONGs e OSC – organizações não governamentais e organizações da sociedade civil), existência de dois Comitês no âmbito do Governo do Estado do Paraná para a população LGBT, sendo um exclusivo da saúde e o outro intersetorial. Servem como instâncias de diálogo e multiplicação de conhecimento entre profissionais e movimentos sociais;

- A abertura das últimas gestões do governo estadual à temática LGBT auxilia na implementação das ações da PNSILGBT. Espera-se a continuidade da implementação das diretrizes da PNSILGBT nas próximas gestões da Secretaria Estadual de Saúde;
- Estratégias inovadoras: Apoio matricial é citado como uma ferramenta de potência para quebrar o preconceito dos profissionais em relação aos usuários LGBTI; Aproximação com a atenção primária; capacitação de psicólogos (as) de Curitiba foi um fator positivo destacado nos grupos;
- Campanhas educativas do Ministério da Saúde, do Estado e Municípios;
- Ações de monitoramento em saúde, com destaque para a vigilância de violências motivadas por LGBTfobia, por meio das fichas de notificação de violência;
- Estímulo à desconstrução pessoal constante de quem trabalha com a temática LGBT;
- Foram citados como formas de se evitar a morbimortalidade da população LGBT: o preenchimento da ficha de notificação de violências, o atendimento no CPATT, capacitações com profissionais, encaminhamento para rede de assistências, campanhas promovidas pelo Ministério da Saúde, pelo Estado e por municípios no sentido de prevenção de doenças e agravos ;
- Existe um apoio da Secretaria de Saúde do Estado do Paraná (SESA) em relação à PNSILGBT, quando há a dispensação de hormônios gratuitamente, além do cuidado e do trabalho dos departamentos de Divisão de Atenção às Comunidades Vulneráveis, com incumbência, agora, da atenção a esse público, início de levantamento quantitativo com dados da população LGBT e do Programa DST-AIDS, que historicamente sempre deu suporte a essa população;
- Um aspecto positivo em relação ao Encontro sobre a Política LGBT e Notificação de Violências (Anexo 1) é que foi um evento de caráter técnico bastante aprofundado, fundamentando as ações em dados epidemiológicos relativos à população LGBT, e não em aspectos políticos que poderiam polarizar o debate.

DESAFIOS DA PNSILGBT NO ESTADO DO PARANÁ:

Por outro lado, foram levantados os seguintes desafios em relação à implementação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT no estado do Paraná:

- Formação para a PNSILGBT: Poucas pessoas/profissionais da rede conhecem a PNSILGBT e ainda há falta de treinamento/capacitação dos profissionais. Até mesmo quem trabalha na área não conhece muito bem a política. Muitos profissionais não sabem como abordar/tratar/chamar essas pessoas. Uma queixa levantada é de que são sempre as mesmas pessoas que são capacitadas, pois são sempre as mesmas que participam dos eventos na área de saúde LGBT; Necessário dar mais visibilidade para a PNSILGBT, reciclar servidores antigos, articulando diferentes áreas técnicas nas capacitações (especialistas de áreas diferentes, que juntos enriqueçam e somem conhecimento) e inclusive capacitar equipes da ESF e agentes comunitários de saúde para questões da população LGBT;
- Integralidade: Foco ainda muito grande apenas nas ISTs, esquecendo-se que o público LGBT também adoece com diabetes, hipertensão, doenças crônicas de qualquer tipo e deve ser visto em sua integralidade; dificuldade de acolhimento de questões da população LGBT na atenção primária à saúde (APS) e dificuldade de encaminhamento da APS para o CPATT. Em muitos casos, os pacientes gays são encaminhados ao COA indiscriminadamente, ou pessoas trans que estão apenas com resfriado são encaminhadas ao CPATT;
- Há questões pessoais de determinados profissionais, julgamentos morais que geram preconceito, discriminação, falta de empatia e também falta de sensibilidade, principalmente com pessoas trans e na questão do nome social; Tal perspectiva pessoal de servidores atrapalha o trabalho do Estado e gera medo em muitos pacientes LGBT, que nunca saberão se serão tratados de modo digno ou se sofrerão preconceito e discriminação nos serviços. Há relatos de profissionais que se negam a atender usuários LGBTI. Esse conjunto faz com que muitas pessoas LGBT não procurem os serviços de saúde;
- Violência institucional: "reprodução de violências" por parte dos profissionais de saúde, por desconhecimento e falta de espaços de discussão do assunto;

- Os/As participantes concordam que é necessário avançar muito; As ações de promoção e de vigilância são ainda incipientes; Essas ações são específicas e verticais; Necessidade de ouvir mais a população LGBT;
- Necessidade de mudança de paradigma, almejando promover a saúde da população LGBT e abandonar a ideia que o indivíduo só precisa do serviço de saúde quando adoece;
- Falta de indicadores fidedignos (vigilância) a respeito da saúde da população LGBT, necessidade de melhora/qualificação na produção de indicadores, a começar pela qualificação do preenchimento dos prontuários e notificação de agravos. Muitas dessas lacunas no preenchimento é agravado pela falta de informação a respeito;
- Necessidade de mais pesquisas na área e melhora na produção de dados, assim como elementos completos nos prontuários;
- Planejamentos não executados ou falta de planejamento de ações na área; Há uma preocupação com a nova gestão do presidente Bolsonaro e o risco de retrocessos;
- Lacunas na área de saúde mental da população LGBT – por exemplo, o suicídio como tragédia social na comunidade LGBT, com poucas ou nenhuma ação a respeito; Destaca-se a subnotificação a respeito das tentativas de suicídio em relação a esta população;
- Necessidade de ampliar a divulgação dos eventos promovidos sobre a temática, assim como realizar mais eventos;
- Regionalização: necessidade de interiorização das ações da PNSILGBT no Paraná, ainda muito concentrada na região metropolitana de Curitiba, estendendo a outros polos de atendimento (possibilidade de outro CPATT), nas outras regionais do Estado; O censo do IBGE (2010) revelou que as cidades com mais casais homoafetivos são Curitiba e região, Londrina e Maringá; portanto existe uma maior possibilidade de trabalho e capacitação nessas regiões;
- Necessidade de inserir a temática “violência” e também saúde da população LGBT na academia, nos cursos da saúde e também nas capacitação de profissionais; Ainda há falta de abertura da academia com as questões de saúde da população LGBT e ausência de cadeira saúde da população LGBT nas Universidades;

- Interseccionalidades que perpassam a população LGBT, tais como moradores em situação de rua, quilombolas, negros, indígenas, que vivem duplas ou mais camadas de vulnerabilidade;
- Necessidade de inclusão da paternidade homossexual nos programas do governo de estado (saúde, educação, assistência social);
- Falta de ligação entre os níveis primário, secundário e terciário de atenção à saúde; As esferas de gestão do SUS também dificultam o diálogo entre os materiais/políticas do Ministério da Saúde, SESA, e as redes locais, que muitas vezes não chegam à atenção básica, no nível municipal.
- Atenção hospitalar de um modo geral é pouco preparada para atender a população LGBT (profissionais e hotelaria);
- Apesar da existência do CPATT, que foi considerada uma grande conquista, ele ainda é pouco conhecido dos profissionais da rede, e há desconhecimento do fluxo de encaminhamentos , A atenção primária ainda não sabe como encaminhar usuários para o CPATT;
- Também não dá conta de toda demanda (saturação), e necessário acompanhamento com maior periodicidade; Foi sugerido polos do CPATT em regiões do interior para descentralizar e desafogar as filas de espera. Necessidade de mais profissionais psicólogas para realizar o acolhimento no CPATT para diminuir a fila ;
- Necessidade de capacitação para o preenchimento dos campos relacionados a orientação sexual e identidade de gênero da ficha de agravos de notificação compulsória ;
- Necessidade de intensificar a distribuição de material informativo sobre a temática;
- Críticas à academia: a procura de acadêmicos/as pelos membros dos movimentos sociais é muitas vezes por mero interesse. Os alunos necessitam de nota e horas complementares, não se comprometem com a causa, não produzem pesquisa, não multiplicam conhecimento, não fornecem devolutiva do que pesquisaram. Necessário superar a teoria acadêmica, que ainda não dá conta de produzir pesquisa que contribua para mudança da realidade da população LGBTI;

- A questão trans é muito desafiadora, sobretudo para a saúde, porém, não se pode esquecer das lésbicas, gays e bissexuais; há muita discriminação com todos os grupos; Invisibilidade de algumas pessoas na comunidade LGBTI; Em outras palavras, alguns relatos de que gays, lésbicas e bissexuais não têm muito espaço em campanhas, não têm representatividade, etc. Este espaço está ocupado pelas (os) transexuais; Atuação intersetorial: crítica de que não existem trabalhos de assistência social/política que atuem na violência contra LGBTIs; Falta de interligação dos setores dentro da própria secretaria de saúde e entre as superintendências (ex: existe a retomada do Comitê LGBT e ainda algumas superintendências não estão presentes);
- Invisibilidades de questões de saúde das mulheres lésbicas, falta de preparo de profissionais de saúde para lidar com a saúde das mulheres lésbicas, que ainda sofrem duplas violências, por serem mulheres e lésbicas. A mulher lésbica não quer ser exposta a condições vexatórias e estigmatização. Por ser mulher, os profissionais da saúde deduzem que ela tem um relacionamento heterossexual. Na realidade as unidades de saúde não estão preparadas para receber, acolher e atender as lésbicas;
- Dificuldade na solicitação de exames (mulheres transexuais não podem realizar exame de próstata ou ultrassonografia testicular e homens transexuais não podem realizar coleta de exame preventivo do colo de útero e de mamas); Dificuldade de entendimento das necessidades específicas para a população LGBTI;
- Processo Transexualizador: falta de hospital que realize cirurgias do processo transexualizador no Estado (falha na atenção terciária); Excesso de burocracia no processo transexualizador; Falta de um protocolo único no Brasil (cada estado tem uma forma de agir, uma forma de atender seus usuários; um estado tem um protocolo diferente do outro); Muitas trans que são acompanhadas por dois anos ou mais no CPATT precisam ser acompanhadas mais dois anos nos ambulatórios dos outros estados que fazem a cirurgia, duplicando o tempo de espera para cirurgia; As cirurgias do processo transexualizador são entendidas pela população geral como estéticas e não como necessidade da população LGBT, necessário desfazer esse mito.
- Problemas logísticos: A dispensação do hormônio para pessoas trans é realizada no Hospital Oswaldo Cruz. O usuário deve sair do CPATT, ir até o local de dispensação e voltar ao CPATT para que o hormônio seja administrado; isso desencoraja o tratamento e estimula automedicação;
- Interprofissionalidade: Falta de grupos de trabalho para diálogo com outros profissionais; Dificuldade entre gestão município Curitiba e estado;
População LGBTI fica de fora de estratégias de prevenção do Estado.
Ex: outubro rosa e novembro azul;

Em síntese, uma fala que chamou a atenção foi a de que "A política deve ser integral, mas ela continua sendo oferecida pela metade".

PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTOS PARA O BIÊNIO 2019-20:

- Capacitações específicas na temática da saúde da população LGBT, inclusive com cardápio de cursos com cargas horárias/conteúdos variáveis, incluindo: 1) curso de Promotores/as da Saúde LGBT; 2) cursos com carga horária menor em assuntos específicos (ex: atendimento clínico de saúde das mulheres lésbicas, etc.);
- Estratégia alternativa de capacitação, objetivando atingir aquele público que não se interessa pela temática. Desse modo, o foco é inserir a temática da saúde LGBT dentro de outras capacitações, ao invés de criar apenas capacitações específicas de saúde LGBT;
- Ações de educação permanente com enfoque no estigma e discriminação da população LGBT, amparada pela garantia dos direitos humanos e constitucionais;
- Envolver a temática da saúde da população LGBT em campanhas e mutirões da saúde, com assuntos gerais: prevenção de câncer, prevenção ao suicídio, de infecções sexualmente transmissíveis, entre outros;
- Ações para garantia do respeito à utilização do nome social em todos os níveis de complexidade dos equipamentos de atenção à saúde.

ANEXOS

Anexo 1 - Programação do Encontro sobre a Política LGBT e Notificação de Violências, realizado na UFPR em Curitiba, dia 26/10/2018 (106 participantes, sendo que 48 participaram dos grupos focais no período da tarde).

Anexo 2 - Notícia do Encontro sobre a Política LGBT e Notificação de Violências, veiculado no site oficial da SESA/PR



Universidade Federal do Paraná
Câmara de Saúde Coletiva
Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva
Secretaria de Estado da Saúde do Paraná
Divisão de Atenção às Comunidades Vulneráveis
Divisão de Vigilância das Doenças e Agravos Não Transmissíveis
Divisão de DST Aids, Hepatites Virais e Tuberculose
PROGRAMAÇÃO DO EVENTO
ENCONTRO SOBRE POLÍTICA DE SAÚDE LGBT E
NOTIFICAÇÃO DE VIOLÊNCIA



Dia: 26 de outubro de 2018.

Local: Auditório do Setor de Ciências da Saúde UFPR. - Rua Padre Camargo, nº 280, 1º andar - Alto da Glória – Curitiba – Paraná – Brasil (entrada pelos fundos do HC).

Horário: 08 às 17h.

Período da manhã (8:00 as 12h)

8:00 – 8:30	Credenciamento
8:30 – 9:00	Cerimônia de abertura
9:30 – 12:00	Mesa redonda: “ Saúde de pessoas LGBT: da Política Nacional à notificação de violências ”. Participantes: Prof. Dr. Daniel Canavese de Oliveira – PPGSC e Depto Saúde Coletiva/UFRGS; Carla Amaral – Centro de Pesquisas e Atendimento a pessoas Travestis e Transexuais – CPATT/SESA-PR; Emerson Peres - Núcleo da Paz e Centro Estadual de Epidemiologia - CEPI/SVS/SESA-PR; Sabrina Mab Taborda – Movimentos Sociais LGBT Mediador: Prof Dr Marcos Signorelli – PPGSC/UFPR
12:00 – 13:30	Intervalo para almoço

Período da tarde (13:30 as 17h)

Local: Salas de aula do Setor Ciências da Saúde/UFPR (R. Padre Camargo, 280): 5º andar 5A, 5C e 5D e 8º andar 8C

13:30 – 15:00	Grupos focais de trabalho Grupo focal temático 1 - A implementação da Política Nacional de Saúde LGBT no Estado do Paraná: desafios e potencialidades.
15:00 – 15:15	Intervalo
15:15 – 17:00	Grupo focal temático 2 – Notificação de violências contra pessoas LGBT: a importância da qualificação dos dados.
17:00	Encerramento.

Inscrições gratuitas e limitadas pelo link:

http://formsus.datasus.gov.br/site/formulario.php?id_aplicacao=41045

Apoio e realização:



MINISTÉRIO DA
SAÚDE

11/1/2018

Encontro sobre Política de Saúde LGBT capacita profissionais do SUS para atendimento - Matérias da SESA - Secretaria da Saúde

Governo do Estado do Paraná

Secretaria da Saúde

Matérias da SESA

26/10/2018

Encontro sobre Política de Saúde LGBT capacita profissionais do SUS para atendimento

Aconteceu nesta sexta-feira (26), o Encontro sobre Política de Saúde LGBT e Notificação de Violência no Setor de Ciências de Saúde da UFPR. O curso é promovido pelo curso de Saúde Coletiva da UFPR, pelo programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva e pelo Grupo de Pesquisas sobre Território, Diversidade e Saúde em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde.

O evento teve como objetivo principal qualificar profissionais, gestores do SUS, estudantes e representantes da sociedade a fim de sensibilizá-los em relação às questões de saúde da população LGBT. Além disso, o encontro também proporcionou uma análise de violência interpessoal com destaque para o preenchimento da Ficha de Notificação de Violências.

De acordo com Amanda Azevedo, uma das organizadoras do evento, o objetivo principal do

evento é conscientizar as pessoas para realizar um melhor atendimento deixando de lado os seus preconceitos. “A importância pra mim desse evento é enorme, essas pessoas vão levar para os seus locais de trabalho o que aprenderam aqui, como o preenchimento de ficha de violência, deixar de lado alguns de seus preconceitos e entender melhor como é o atendimento para essas pessoas”, declarou Amanda.



André Silva, um dos participantes do encontro, falou sobre a importância de estar em um evento como esse. “É bem importante porque a gente não vê esse tipo de ação na sociedade, no dia a dia, principalmente para essa população que já é historicamente marginalizada. São assuntos que não estão na pauta da saúde inclusive, então tem várias questões que estão sendo debatidas que são bem esclarecedoras”, comentou André.

© **Secretaria da Saúde**

Rua Piquiri 170 - Rebouças - 80230-140 - Curitiba - PR

41 3330-4300 - [Localização](#)

Horário de atendimento: 8h30 às 12h e 13h30 às 18h

<http://www.saude.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=6350>



